



# Câmara do Município de Catanduvas

Estado do Paraná - CNPJ: 78.673.159/0001-64

Rua Dom Pedro II n 545- Centro- CEP 85470-000 Fone: (45) 3234-1315

Site: camaracatanduvas.pr.gov.br

## PARECER JURÍDICO

**Assunto: Parecer sobre a necessidade de procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame.**

Atendendo ao solicitado no memorando datado de 30/08/2022, segue a manifestação desta Assessoria sobre a necessidade de elaboração de procedimento licitatório para a **"AQUISIÇÃO DE UM MICROCOMPUTADOR E UMA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS/PR"**.

Observada a solicitação da Presidente da Câmara Municipal, bem como a descrição clara do objeto a ser licitado e acompanhado de 3 (três) orçamentos prévios, passamos a discorrer.

A Lei nº 8.666/93 é destinada a regulamentar as licitações e contratações da Administração Pública, em consonância com o Art. 37, inc. XXI da CF.

Conjugando a norma constitucional com a Lei nº 8.666/93, é possível concluir que a licitação é um dever, porém admite exceções. Com efeito, a situação fática deve permitir a sua realização, podendo ser afastada na hipótese de inviabilidade de competição (art. 25), dispensa de licitação (art. 24), ou ainda licitação dispensada (art. 17).

O Departamento de Contabilidade informou a existência de previsão de recursos de ordem orçamentária para atender as obrigações decorrentes da contratação da empresa para aquisição dos produtos.

Neste contexto, o art. 24 da Lei nº 8.666/93 traz um rol taxativo para a dispensa. Em tais circunstâncias legais, compete à Administração, mediante juízo de oportunidade e conveniência, avaliar qual forma de contratação é a que melhor atende o interesse almejado.

No que tange ao objeto da presente análise, à Câmara Municipal se admite a contratação direta, com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei acima citada, vejamos:

### **Art. 24. É dispensável a licitação:**

**II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a**



# Câmara do Município de Catanduvas

Estado do Paraná - CNPJ: 78.673.159/0001-64

Rua Dom Pedro II n 545- Centro- CEP 85470-000 Fone: (45) 3234-1315

Site: camaracatanduvas.pr.gov.br

**parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;** (Redação dada pela Lei nº 9.648/98).

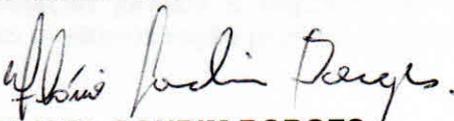
O orçamento oferece um valor abaixo do estimado no artigo supracitado. A menor proposta perfaz um valor de R\$ 5.380,00 (cinco mil e trezentos e oitenta reais) pela **"AQUISIÇÃO DE UM MICROCOMPUTADOR E UMA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS/PR"**.

Nota-se que o valor da contratação é inferior ao limite determinado para dispensa de licitação para contratação, e que um processo licitatório seria muito mais oneroso para a Câmara Municipal.

Diante do exposto, inobstante a regra geral seja de necessidade de procedimento licitatório, tipo menor preço e execução por preço global, podendo variar nas modalidades convite e/ou tomada de preços, conforme determina o artigo 23 da Lei 8.666/93. Caso a Administração opte por atender os requisitos do art. 24, II, é viável a dispensa de licitação, para tanto, há de se demonstrar e fundamentar a justificativa do preço, o que nos parece bem evidenciado.

É o parecer, ressalvado melhor entendimento.

Catanduvas, 01 de setembro de 2022.

  
**FLAVIO GONDIM BORGES**

**Assessor Jurídico**

**OAB/PR 27.933**



# Câmara do Município de Catanduvas

Estado do Paraná - CNPJ: 78.673.159/0001-64

Rua Dom Pedro II n 545- Centro- CEP 85470-000 Fone: (45) 3234-1315

Site: camaracatanduvas.pr.gov.br

Catanduvas, 01 de setembro de 2022.

De: Assessoria Jurídica

Para: Gabinete da Presidente

Excelentíssima Senhora Presidente,

De acordo com os termos do Parágrafo Único do Artigo 38 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, segue a apreciação desta Assessoria Jurídica para análise e aprovação da minuta de contrato.

Destaca-se que fora utilizada a dispensa de licitação, objetivando a **“AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR E UMA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL”**.

Da análise da documentação apresentada, denota-se a existência das cláusulas necessárias, conforme previsão contida nos artigos 40 e 55 da Lei nº 8.666/93. Orienta-se para observar a habilitação jurídica e regularidade fiscal da empresa, fator indispensável para contratações com a administração pública, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.666/93.

Diante do exposto, com a observância do parágrafo anterior, encontra-se a presente minuta em condições de ser autorizada por Vossa Excelência se assim entender conveniente à Câmara Municipal.

É a nossa manifestação, é o nosso posicionamento, ressalvado melhor entendimento.



FLAVIO GONDIM BORGES

Assessor Jurídico

OAB/PR 27.933